

## Nome e nome próprio: Cerne filosófico e implicações linguísticas

### RESUMO

O presente texto pretende estabelecer, de forma contrastiva, uma aproximação entre algumas concepções a respeito do *nome*, as quais, numa linha temporal, a começar pelos filósofos gregos Platão (*Carta VII, Crátilo*) e Aristóteles (*Organon, Poética*), constituíram-se numa tradição de conjecturas sobre sentido e referência, tradição que se aperfeiçoou e se desenvolveu vigorosamente no século XX, após a publicação do *Cours de Linguistique Générale*, de F. de Saussure. Confrontam-se ainda abordagens relativas ao *nome próprio* e ao seu caráter ambíguo ou paradoxal de sugerir referência, mas não comportar sentido, ou comportar sentido unicamente etimológico, que se mapeia por análises de linguística histórica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nome. Nome próprio. Sentido. Referência Etimologia.

Renato Cardoso Corgosinho  
[renatoccor@yahoo.com.br](mailto:renatoccor@yahoo.com.br)  
Pontifícia Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

## INTRODUÇÃO

As discussões fomentadas ao longo dos anos em torno do que se deveria entender por *linguagem* intentaram descortinar a malha intrincada das possíveis relações entre o conteúdo sensível que se busca imprimir, formatado – com base na apreensão que se tem de mundo – na expressão verbal, e o objeto mesmo desta expressão, acoplado à *realidade*. O aporte filosófico que colocou o binômio *linguagem/realidade* como pauta de questões cruciais envolvendo os contextos de existência do homem, de suas relações com o meio e de sua inserção na sociedade insuflou, posteriormente, a sistematização dos estudos linguísticos em torno do tema, que se fizeram acompanhar de terminologia própria. Assim, no que concerne aos processos de designação dos objetos, estarão plenamente correlacionados termos como *linguagem* e *realidade*, *sentido* e *referente*, *significante* e *significado*. O *referente*, por exemplo, mais que um objeto reconhecido por uma materialidade primitiva, especifica-se, individualiza-se, em suma, evoca-se através da nomeação (asserção descritiva), que o distinguirá de outro referente qualquer. Já o *sentido* tem a ver com o modo como, individual ou coletivamente, os referentes são percebidos, com o modo como são sensivelmente conhecidos. De sorte que o “embate” epistemológico entre a filosofia e a linguística acabou por produzir importantes questões especulativas, dentre as quais, a de saber se os *nomes próprios* (expressões especificadoras de pessoas e lugares) comportariam ou não sentido. O presente texto pretende abordar, desvelando de uma e de outra vertente – que inúmeras vezes se inter cruzam –, algumas dessas reflexões.

### 1. O VIÉS FILOSÓFICO

O *nome*, em Platão (*Carta VII*), é um dos elementos na compreensão da coisa. Juntamente com *proposição/definição* constituiria o que se entende por linguagem, devendo estar necessariamente conjugado a outros fatores que o potencializam como representação ou imitação da ideia das coisas. Esses fatores são *imagem*, *ciência*, *inteligência* e *opinião verdadeira* – sinais do aspecto convencional do nome. Além disso, com base na concepção de que os objetos precedem à linguagem, *nome*, *proposição* e *imagem* teriam um caráter de mutabilidade (se considerarmos que são sempre uma representação), enquanto *ciência*, *inteligência* e *opinião verdadeira*, não. Por conseguinte, a linguagem, mutável na instabilidade, não poderia traduzir a verdadeira essência do objeto, que é fixa. Tal essência seria apreensível exclusivamente pelos elementos estáveis referidos.

O *nome* é então, por sua natureza imitativa, imperfeito para designar o que com ele se pretende. Como representação, pode comportar maior ou menor grau de semelhança com a coisa. Seu uso viabiliza-se, entretanto, por um pacto, por uma convenção linguística e social que possibilita sua aceitação para representar os objetos.

Por outro lado, no *Crátilo*, Platão procurou interpretar a relação fonema-coisa, sugerindo a existência de uma ordenação dos signos fonéticos para cada objeto, ordenação esta que só se tornaria viável convencionalmente. Há ali uma discussão entre a personagem que dá nome ao diálogo e Hermógenes, discípulo de Sócrates, acerca da justeza dos nomes em relação às coisas. Para Crátilo, os

nomes foram criados com base na natureza (*phýsei*) das coisas, opinião que é rechaçada por seu interlocutor, que os considera, na verdade, produto de uma convenção (*nómoi*). Como mediador desse confronto, apresenta-se Sócrates, que procurará investigar minuciosamente o problema que se coloca. Seu método de praxe é o dialético-argumentativo.

De início levanta duas questões: 1) O nome verdadeiro de um objeto seria aquele que cada um lhe atribui? 2) Os objetos são aquilo que cada um pensa que são ou serão sempre iguais para todos? Sócrates assevera que equivocado estaria quem respondesse afirmativamente às indagações, pois, no primeiro caso, admitir-se-ia que todos os homens são sábios e justos; no segundo, que não haveria diferença entre bons e maus. Na verdade, o que se deve pressupor é que os objetos (seres, coisas) têm uma essência que lhes é inerente e que independe dos homens.

Nomear, para Sócrates, corresponde a uma ação – assim como falar – que deve ser praticada a fim de que o nome indique a realidade das coisas com precisão. Já que ele é recurso indispensável para retratar o que é real, convém que seja o mais justo possível para cada objeto. Para tanto, requer-se a figura do criador de nomes (*onomatourgós*), que é o próprio legislador (*nomothétes*), único capaz de conformar em letras e sílabas o nome natural, primitivo dos objetos. Depois de criá-lo, submete-o ao julgamento daqueles que sabem interrogar e responder – os “dialéticos” (*dialetikós*) ou oradores –, para verificar se a forma criada é ou não conveniente e justa.

Como a função precípua do nome é indicar a essência do objeto, o acréscimo ou a supressão de letra(s) teria pouca importância, contanto que tal essência fosse preservada. Isso valeria até mesmo para casos em que a expressão do significado se desse por meio de letras completamente diferentes. É o que ocorre, por exemplo, com os nomes dos heróis homéricos Heitor e Astyanax:

Com efeito, *ánax* e *hektor* significam, mais ou menos, a mesma coisa: ambos indicam ser nomes de reis, porquanto, daquilo de quem é dono (*ánax*), também é, sem dúvida, o detentor (*hektor*); domina, evidentemente, sobre isso, possui-o e detém-no (PLATÃO, *Crátilo*, p. 32, 33).

Sócrates reconhece, por fim, que a identificação dos primeiros ou primitivos nomes das coisas é tarefa por demais difícil, uma vez que a ação degradante do tempo ou do próprio homem – que procurou, sem compromisso com a verdade, embelezar-lhes a forma ou a sonoridade, acrescentando ou subtraindo letras –, alterou-lhes de tal maneira o significado que não se pode mais compreender que objetos ou coisas esses nomes representariam originalmente. Por outro lado, se é possível reconhecer um nome depois que foi pronunciado, é porque ecoa no espírito uma representação efetiva da coisa, para o que devem ter contribuído a convenção e o uso.

Na medida em que a visão platônica aponta para o aspecto da inexatidão representativa do *nome* e para seu caráter convencional, a de Aristóteles percebe-o como símbolo, e como tal, incapaz de dizer a natureza das coisas. O que ocorreria é que não conseguimos produzir de fato a dissociação entre nome e objeto; ambos possuiriam, ilusoriamente, um vínculo necessário, que, na verdade, é simbólico, atrelando em nós a suposição de que a sorte do nome seria

a mesma do objeto. Todavia, de acordo com o estagirita, “entre nomes e objetos não há semelhança total; os nomes são em número limitado, bem como a pluralidade das definições, mas as coisas são em número infinito” (ARISTÓTELES, *Organon*, VI, 1). Esta infinitude implica que vários objetos podem ser significados por uma única definição ou um único nome, de forma que se deveria rechaçar qualquer vinculação essencial ou necessária entre o objeto e o nome que o designa. Como parte da linguagem, portanto, não seria o nome mais que um composto sonoro significativo em que não é possível vislumbrar qualquer referência a tempo e cujos elementos constitutivos não podem funcionar com independência significativa em relação ao todo (*Teo-* e *-doro* não significam nada em relação a *Teodoro*) (Poética, XX). A significação do nome, numa abordagem semelhante à de Platão, conformar-se-ia pelo espírito a partir de uma convenção ou acordo social.

Os sons articulados emitidos pela voz humana seriam os símbolos dos diversos estados do espírito<sup>1</sup> e as palavras escritas, os símbolos desses sons. Ora, uma vez que são múltiplos os sistemas de escrita, que variam de povo para povo, também o são as palavras que expressam coisas idênticas entre povos distintos – ainda que sejam sempre idênticos, em todos os homens, os estados do espírito, imagens dessas coisas. (ARISTÓTELES, *De interpretatione*, 16 a). Não obstante variarem os sons significantes de um nome, os estados do espírito seriam sempre idênticos entre todos os homens porque, conforme Todorov (1981, p. 19), têm a ver com uma “psicologia social e também universal, mais do que individual.”

Ao *símbolo* aristotélico, poder-se-ia relacionar a ideia de *signo* evocada, séculos mais tarde, por Santo Agostinho (séc. IV d. C.). Para Aristóteles, com efeito, o símbolo pode ser definido como uma associação de três elementos: os sons, os estados do espírito e as coisas. Os dois últimos são sempre idênticos em todas as partes, independentemente dos indivíduos, sendo um a imagem do outro numa relação motivada. O signo agostiniano, por seu turno, caracteriza-se por ser um construto elaborado pelo espírito, através, primeiro, da percepção e, depois, da intelecção. Falar, na verdade, “é transmitir um signo por meio de sons articulados”<sup>2</sup> (AGOSTINHO, *De dialectica*, V). Os nomes são os signos das coisas e devem ser compreendidos pelo ouvinte quando o falante os emite. Agostinho explicita assim as relações coisa/signo e falante/ouvinte. Para Todorov (1981, p. 42), haveria originalidade nessa dimensão comunicativa, que não estaria bem definida em Aristóteles relativamente aos estados do espírito.

Uma vez que a vida em sociedade só é possível mediante o uso da palavra, signo imprescindível para comunicar as elaborações do espírito, é de se supor que deve ter havido algum momento na história do homem em que se compreendeu que seria preciso impor nomes às coisas, ou seja, utilizar certos sons significantes<sup>3</sup> para repercutir sensivelmente ideias e emoções. (AGOSTINHO, *De ordine*, II, XII, 35).

Como Aristóteles, Agostinho compartilha do princípio de que pensamentos e palavras se vinculariam de forma arbitrária (ou convencional), e que entre pensamentos e coisas a relação seria universal ou natural. Por conseguinte, a linguagem seria convencional por natureza.

Todos os homens tentam significar a si e ao mundo com certa semelhança, a fim de que os signos se assemelhem o quanto possível às coisas significadas. Mas porque uma coisa pode ser semelhante a outra de muitos modos, tais signos não estarão firmemente fixados entre os homens, a não ser por consenso<sup>4</sup> (AGOSTINHO, *Doctrina*, II, XXV, 38).

Em *Doctrina* (II, X, 15), estabelece-se ainda a oposição ou relação entre *signos próprios* (*signa propria*) e *signos transpostos* (*signa translata*). Os primeiros seriam aqueles criados para significar os próprios objetos (por exemplo, *bovis*, “boi”, quando pensamos no animal que recebe esse nome de duas sílabas). Os segundos se referem aos objetos que, mesmo designados pelos nomes que lhes são próprios, deslocam-se da função precípua de significantes, para desempenhar uma função secundária, em que o significado se converte em significante. Por tal razão, a palavra *bovis* faz recordar, ou melhor, pode designar igualmente o evangelista Lucas<sup>5</sup>.

Por fim, é possível fixar paralelismos básicos (não obstante, as especificidades terminológicas) entre a teoria da linguagem sígnica evocada por Agostinho e a simbólica de Aristóteles. Para este, como já se viu, as letras escritas seriam símbolos dos sons; para aquele, seriam seus signos: “Quando [uma palavra] está escrita, não é a palavra, mas seu signo; com efeito, quando o leitor examina as letras que lhe vão diante dos olhos pela leitura, ocorre-lhe no espírito o que deva emitir pela voz.”<sup>6</sup> (AGOSTINHO, *De Dialectica*, V). Por outro lado, para Aristóteles os sons seriam os símbolos dos diversos estados do espírito, enquanto que para o bispo de Hipona, “os signos das coisas que pensamos”<sup>7</sup> (*De Trinitate*, XV, X, 19). Na verdade, *pensamentos* (para um), *estados de espírito* (para o outro) evocam a faceta psíquica da linguagem.

Ecos do *Cratylus* de Platão e do *De Interpretatione* de Aristóteles são percebidos nas *Etymologiae* de Isidoro de Sevilha (séc. VII d. C.). De acordo com Isidoro, conhece-se a natureza de uma palavra ou de um nome quando se lhe descobre o sentido primeiro ou *etimologia*. Nessa base formal e sígnica primitiva, repousaria uma marca, um sinal que permite o reconhecimento da palavra pelo espírito. Daí o *symbolon* aristotélico. Saber a etimologia de um termo implicaria também certo acesso à natureza do próprio objeto referido, não obstante muitos nomes terem sido atribuídos no passado mais em função da eufonia ou do capricho humano do que propriamente por sua semelhança com o objeto. De forma que “não é possível descobrir as etimologias de todas as palavras, pois há coisas que não receberam nomes segundo a natureza com que foram criadas, mas segundo o arbítrio da vontade humana”<sup>8</sup> (*Etymologiae*, I, 29:3).

O influxo dos textos aristotélicos, mormente *Metafísica* e *De Interpretatione*, é flagrante em São Tomás de Aquino (séc. XIII), que reinterpreta vários conceitos do estagirita, a quem chama *Philosophus* (“Filósofo” – com inicial maiúscula para distingui-lo dos demais pensadores). Assim, as palavras seriam sinais de nossa inteligência do mundo, daí os conceitos – que são imagens mais ou menos semelhantes das coisas. O termo *homem*, por exemplo, comportaria, por sua

significação, a essência do ser que se chama homem<sup>9</sup>, e significando, desse modo, a própria definição permite que se conheça a essência da coisa significada (AQUINO, *Summa Theologiae*, XIII, 1). Torna-se fundamental, portanto, que se investigue a razão de se conferir um nome a algo, bem como o significado que assumirá esse nome. Por exemplo, o nome *lapis* (“pedra”) seria uma forma reduzida do sintagma *laedere pedem* (“lesionar o pé”).<sup>10</sup> Contudo, o fator motivacional da nomeação – objeto que machuca o pé – dispersou-se na forma reduzida, que veio a designar simplesmente uma espécie de corpo.

A razão do nome refletirá a ideia que o intelecto formou da coisa ou da realidade significada por esse nome, que, na verdade, “não significa coisa alguma, a não ser por intermédio da concepção do intelecto”<sup>11</sup> (*Ibidem*, XIII, 4). Isso implicaria que os nomes não podem expressar o modo de ser próprio das coisas, mas sim, aquele que projetamos para elas.

Como já se salientou, a imposição de nomes para designar a realidade teve como ponto de partida o conhecimento adquirido dos elementos constitutivos dessa realidade. Posteriormente, muitos nomes teriam sido atribuídos por meio da proporção (ou analogia) com aqueles designativos de fundo primordiais. Dessa forma, podem ocorrer, segundo Tomás de Aquino, nomes que sejam proporcionais a um nome somente (diz-se *medicamento sadio* bem como *urina sadia*, pois ambos têm relação e proporção com a *saúde* do animal) ou um nome que seja proporcional a outro (o *remédio* é *sadio* porque restaura, proporciona *saúde* ao animal). Nesse sentido, “um nome que é assim considerado multiplamente significa proporções diversas em relação a algo uno”<sup>12</sup> (*Ibidem*, XIII, 5).

Séculos mais tarde, os autores de Port-Royal, em sua *Grammaire Générale et Raisonnée* (1810)<sup>13</sup>, descortinaram, concernentemente ao *nome*, algo da tradição iniciada pelos gregos. Com efeito, nossos pensamentos convergiriam não só para as coisas (*terra, sol, água*), mas também para sua maneira (*redondo, vermelho, sábio*). As coisas, ou *substâncias*, subsistiriam por si mesmas, enquanto sua maneira, ou *acidentes*, não. Por conseguinte, os nomes que “significam as substâncias”, ou nomes *substantivos*, podem funcionar sozinhos no discurso, sem o aporte de outra(s) palavra(s), diferentemente dos *acidentes* (adjetivos), os quais, ainda que signifiquem substâncias, têm um modo de significar que requer estejam unidos a outros nomes no discurso.

As ideias das coisas, destarte, fundamentar-se-iam naquilo que é singular (minha mãe, meu cavalo, seu pai, seu amigo, etc.) ou naquilo que é geral (a ideia genérica de homem, de cavalo, etc.). Por essa razão, criaram-se convencionalmente nomes distintos para designar a singularidade ou a generalidade dos objetos.<sup>14</sup> Daí a diferença entre *nomes próprios* (Sócrates, Luís, Roma, etc.) e *nomes gerais* ou *apelativos* (homem, leão, cão, etc.). Tanto uns quanto outros são nomes *substantivos*, uma vez que *significam* a coisa em si (*substância*), subsistindo por si mesmos no discurso.<sup>15</sup> Porém, se um nome

próprio referir-se a vários indivíduos, porquanto fora adotado, coincidentemente, por muitos, perderia sua característica de singularidade, e a qualidade de *próprio* só poderia ser readquirida quando esse nome viesse conjugado a outros nomes que o determinariam (Joana d’Arc, Luís Catorze, etc.).<sup>16</sup>

Leibniz, nos *Nouveaux Essais Sur L’Entendement Humain*<sup>17</sup>, dirá que as palavras servem não só para representar as ideias, mas também para explicá-las. Empregar-se-iam, por conseguinte, como signos dessas ideias. Os nomes já estariam, em sua maior parte, bastante modificados quanto à forma, à pronúncia e à significação, se comparados aos que eram empregados originalmente. Fato é que não haveria uma conexão natural, uma relação necessária entre os sons articulados, que são as palavras, e as ideias expressas por eles. Na verdade, seriam determinados tão somente por “uma instituição arbitrária em virtude da qual certa palavra foi voluntariamente o signo de uma determinada ideia”<sup>18</sup> (III, 2, § 1).

A maior parte dos nomes apresenta um caráter genérico, uma vez que não se poderia conceber para cada coisa individual um nome específico (Cf. ARISTÓTELES, *Organon*, VI, 1). Quando estamos diante da necessidade de mencionar determinados indivíduos de nossa própria espécie ou não (países, cidades, montanhas, etc.), utilizamo-nos de nomes próprios, que originariamente teriam sido termos gerais (Bruto, de *brutus*, “moleirão, estúpido”; César, de *caedere*, “cortar” – “aquele que nasceu por incisão do ventre da mãe”<sup>19</sup>; Alpes, de *album*, “branco” – “montanhas cobertas de neve”, etc.). (*Ibidem*, III, 3, § 5).

A coisa supostamente possível no mundo real possuiria uma única essência, que é expressa pela definição. Esta será meramente nominal caso não manifeste, ao mesmo tempo, a possibilidade da coisa, ou seja, aquilo que repercute sua realidade. Mas, se, por um lado, só é admissível uma única essência para a coisa, por outro, “há muitas definições que exprimem uma mesma essência”<sup>20</sup> (*Ibidem*, III, 3, § 15). Nesse caso, deverá haver o concurso da experiência, que franqueará o conhecimento da realidade através de certas qualidades sensíveis do objeto. De sorte que, se são arbitrários os nomes, não o são as ideias, que constituem ressonâncias de uma experiência empírica, cuja culminância é a percepção do real. Os nomes, por sua vez, não seriam mais que possibilidades (ainda que o crime de assassinio do próprio pai, a que se chama *parricídio*, nunca tivesse ocorrido, o nome que o designa expressaria, ainda assim, a ideia real de um crime possível) (*Ibidem*, III, 4, § 17).

O uso comum que os homens fazem das palavras tem papel preponderante na regulação dos sentidos e, conseqüentemente, na conformidade da linguagem. Não obstante, há nomes (glória, fé, honra, graça, religião, igreja, etc.) sobre cuja significação os espíritos diferem ou divergem, o que denotaria não haver, de fato, precisão absoluta no sistema.

Para J. S. Mill, em *A System of Logic*<sup>21</sup>, a palavra designativa constitui o nome da coisa e não o da ideia que se tem dela. Nesse sentido, quando o nome

expressa uma certeza qualquer, está referindo a coisa em si e não o que se supõe que ela seja (se o *sol* está visível, há o *dia* – é a convicção de um fato físico que desencadeia outro, expressa pelos nomes *sol/dia* e não pelas impressões que estes poderiam produzir no espírito) (II, §1). Embora todos os termos designativos façam menção a algo real ou imaginário, nem todas as coisas possuem nomes que se lhes apliquem individualmente (Cf. ARISTÓTELES, *Organon*, VI, 1). Em tais casos, quando nos convém nomeá-las, individuá-las, servimo-nos de mais de uma palavra, cada uma, se isolada, referindo-se a um número indefinido de outras coisas (*esta* e *pedra* podem aludir a diversas coisas; se formam sintagma entre si, a uma única).

Dividem-se os nomes em *gerais* e *individuais*:

Um *nome geral* tem caráter coletivo e pode ser afirmado verdadeiramente, e no mesmo sentido, de cada indivíduo que pertence a um número indefinido de coisas. Um *nome individual* ou singular é um nome que só pode ser verdadeiramente afirmado, no mesmo sentido, de uma única coisa<sup>22</sup> (MILL, 1882, II, § 3).

Assim, *homem* denota genericamente uma multidão de indivíduos, enquanto *João*, *Jorge* e *Maria*, um único indivíduo. Não obstante o fato de poderem ser conferidos a diversos indivíduos, nomes como *Maria* não indicam características, qualidades ou atributos que sejam comuns a pessoas com igual designativo. Portanto, fica patente que nomes idênticos atribuídos a indivíduos distintos não comportam o mesmo sentido (*Ibidem*, II, § 3).

Deve-se fazer a distinção também entre nomes *concretos* e nomes *abstratos*. Os primeiros designam (ou são) os nomes das coisas, os segundos, dos atributos das coisas. Por conseguinte, concretos são *João*, *o mar*, *esta mesa*, bem como *branco*, *homem* e *velho*, que denotam uma ou várias coisas. Em contrapartida, *brancura*, *humanidade* e *velhice* seriam abstratos, pois são nomes de qualidades ou atributos de *branco*, *homem* e *velho*. Poder-se-ia objetar dizendo que os adjetivos não passam de nomes de atributos, mais afins, portanto, da abstração que da concretude. Entretanto, se tomarmos como exemplo *branco*, conviremos em que o termo denota todas as coisas que são brancas (neve, leite, etc.), o que o caracterizaria como nome dessas coisas. Por outro lado, *branco* implica ou conota o atributo, a qualidade *brancura* pertencente a essas coisas. A palavra *brancura* seria, na verdade, o nome da cor exclusivamente.

Existem ainda nomes *conotativos* e nomes *não conotativos*. Enquanto estes significam uma única coisa, um sujeito somente (*João*, *Londres*, *papel*) ou um único atributo (*brancura*, *comprimento*, *virtude*), aqueles denotam uma coisa e implicam um atributo (*branco*, *comprido*, *virtuoso*). Um termo *conotativo* é o nome de uma classe com um número indefinido de indivíduos, “é um nome aplicado a todos eles em razão de um atributo que se supõe terem em comum”<sup>23</sup> (*Ibidem*, II, § 5). Outro exemplo de palavra conotativa é *homem*, que denota *Pedro*, *João*, *Lúcia* e inúmeros outros indivíduos. É o nome de uma classe identificada por certos atributos: vida em sociedade, vida animal, racionalidade, aspecto externo.

Relativamente aos *nomes próprios*, não se poderia considerá-los nomes conotativos, apesar de denotarem indivíduos específicos. Isso porque não respondem ao critério obrigatório dos atributos comuns. É fato que muitas pessoas se chamam Ana ou José, mas não pelo fato de compartilharem, como classe, características afins. Nomes próprios “são simplesmente marcas usadas para possibilitar que esses indivíduos sejam colocados como sujeitos do discurso”<sup>24</sup> (*Ibidem*, II, § 5).

Gottlob Frege, por seu turno, no cerne do debate sobre significado/sentido e referência, objetando que haja, entre um e outro, identificação perfeita, estabelece, em *Lógica e Filosofia da Linguagem* (1978), critérios para que um nome seja considerado *próprio*. Primeiramente deve estar ligado a um único objeto (objeto singular). Nada impediria, contudo, que a expressão designativa de um objeto singular pudesse ser constituída por várias palavras ou sinais, igualmente chamados por Frege de *nomes próprios*. Por conseguinte, qualquer descrição particular de um objeto numa combinação de palavras assumiria o *status* de nome próprio, sendo condição essencial, como dito, que tal combinação se refira a apenas um objeto.

Poder-se-ia supor então que as palavras que compõem a expressão designativa de um objeto particular comportariam o mesmo significado, uma vez que são *correferentes*, mas não seriam necessariamente sinônimas. Infere-se assim que 1) há a possibilidade de que um objeto singular tenha mais de um significado/sentido; 2) o significado/sentido nem sempre garante a referência, o que quer dizer que, no caso de nomes fictícios, a referência não é identificável; 3) as representações (imagens internas, processos psicológicos) variam de indivíduo para indivíduo, de forma que a representação do objeto não pode ser confundida com sua *referência* ou com seu significado/sentido. O sentido é aquilo que possibilita a relação do nome próprio com o mundo, ou seja, através do sentido estabelece-se a referência do nome próprio. Em contrapartida, para não ser apenas uma sequência vazia de sons, o nome próprio deve ter pelo menos um sentido e uma referência. Assim, “o nome próprio se relaciona, mediante o sentido, e só mediante este, com o objeto” (FREGE, 1978, p. 64).

Para Frege, portanto, os nomes próprios têm sentido, porquanto, referindo-se a objetos singulares em um conjunto, equiparar-se-iam, pela função, a certas expressões linguísticas capazes de informar sobre propriedades intrínsecas aos objetos nomeados. Esta posição não é unanimemente acolhida. Certos autores<sup>25</sup> optaram por seguir a tese de J. S. Mill, segundo a qual, nos termos de Mari (2003, p.112), “sendo [o nome próprio] mera etiqueta pregada às coisas, assegura referência, mas o faz sem se constituir em um modo de apresentação do objeto, logo, sem que tenha sentido”. Isso porque os nomes próprios não comportariam os elementos necessários para informar a respeito da natureza dos objetos a que se vinculam, o que descortina ainda uma controversa questão: os nomes próprios (pessoais e de lugares) fariam parte, assim como as demais palavras, dos sistemas linguísticos particulares? Argumentos contrários apontam para o fato de que eles não são elementos integrantes dos dicionários, e que não haveria um princípio único que orientasse a tradução de nomes próprios de uma língua para outra (GEACH, 1962 *apud* LYONS, 1980, p.183).

Este último argumento encontra eco nas reflexões sobre aspectos da tradução produzidas pelo filósofo argelino Jacques Derrida, para quem os nomes próprios são, por natureza, intraduzíveis, o que os situaria em uma classe à parte das demais palavras. Derrida, na verdade, chega a negar-lhes o próprio pertencimento à língua, ainda que esta, segundo ele, seja possível somente quando se apela ao nome próprio. Tal relação de base, aparentemente contraditória, estaria sujeita ao seguinte: caso se intentasse a “tradução” do nome próprio, ou seja, sua interpretação em algum equivalente semântico, ele passaria a estar inscrito propriamente na língua. Contudo, desde esse momento, ele não poderia mais ser recebido como nome próprio. O nome *pierre*, por exemplo, que pertence à língua francesa, poderá ser traduzido para outros idiomas (*pedra, pietra, stone, etc.*), através de uma simples operação de transporte de sentido. Não é o caso do nome próprio *Pierre* (Pedro), cujo pertencimento à língua francesa não é assegurado. Com efeito, *Pedro, Pietro* ou *Peter* não podem ser traduções de *Pierre*, assim como *Londres* não traduz *London*, etc. (DERRIDA, 2002, p. 21-23).

## 2. O VIÉS LINGUÍSTICO

Algo do que se expôs nos parágrafos anteriores vislumbra-se no corpo teórico planeado por Ferdinand de Saussure, em princípios do século XX, mormente, no que concerne ao caráter arbitrário do signo. Para o autor, estaria disseminada a visão simplista de que nome (palavra escrita ou falada) e coisa teriam uma relação de correspondência uniforme, o que reduziria a língua a uma mera nomenclatura. Aduz em contraposição que, por meio daquilo que chamou de *signo linguístico*, seriam unidos de fato não uma coisa e um nome, mas um *conceito* (significado) e uma *imagem acústica* (significante)<sup>26</sup>, ambos de natureza essencialmente psíquica.

A imagem acústica não corresponderia, como seríamos induzidos a supor, ao som material do nome, mas à impressão psíquica desse som. Poder-se-ia compreendê-la como a representação natural, virtual desse nome.

O caráter psíquico de nossas imagens acústicas aparece claro quando observamos nossa própria linguagem. Sem mover os lábios nem a língua, podemos falar a nós mesmos ou recitar-nos mentalmente um fragmento de poema. Uma vez que as palavras da língua são para nós imagens acústicas, deve-se evitar falar dos “fonemas” de que são compostas. Esse termo, que implica uma ideia de ação vocal, não pode convir senão à palavra falada [...]”<sup>27</sup> (SAUSSURE, 1995, p. 98).

O signo linguístico conformar-se-ia, portanto, como uma entidade de absoluto caráter psíquico, cujos elementos formadores, significante e significado, estão indissolivelmente unidos.

Essa indissolubilidade entre imagem e conceito, embora imbuída, no parecer de Saussure, de uma virtualidade obrigatória – a rigor, não associada ao aspecto sonoro da palavra –, parece apresentar equivalente ou paralelo até mesmo na

ação vocal geradora da palavra falada. Com efeito, a determinados sons que constituem um nome corresponderia um determinado estado de consciência que apreende a informação psíquica. É assim que, ao ouvir uma palavra, “a imagem surge imediatamente em meu espírito; quando, ao contrário, é a imagem que se impõe ao espírito, ela evoca a palavra, mesmo que esta não seja articulada pelos órgãos da palavra” (WARTBURG; ULLMANN, 1975, p.1). Ocorreria, portanto, no plano comunicativo, associação de certos grupos de sons a conceitos linguísticos que lhes correspondem, denotando que indivíduos que compartilham um mesmo código de interação verbal lançam mão de “um valor médio para cada signo linguístico” (*Ibidem*, p.5), pelo qual associam os mesmos signos às mesmas noções.

Em condições tais, basicamente três categorias de palavras são encontradas, a saber: a) as derivadas diretamente, como as onomatopéias (tique-taque, cocoricó, *splash*, *coucou*, etc.); b) as motivadas por sua estrutura morfológica (pronto-socorro, abespinhar-se, “assanhar-se como uma vespa”, *abat-jour*, *inalberarsi*, “erguer-se”, cuja origem é *albero*, “árvore”, etc. ) ou por seu valor semântico (orelhão, braço da cadeira, pé da mesa, *punaise*, “prego semelhante ao percevejo de mesmo nome”, etc.); c) as que são arbitrárias ou desmotivadas (casa, mala, árvore, cavalo, etc.).

No que concerne ao terceiro grupo, convém destacar que, ao longo do tempo, muitas palavras que foram criadas motivadamente, trazendo em si mesmas a justificação de seu sentido, descaracterizaram-se em relação aos conteúdos originalmente representados, seja por evolução fonética, seja por modificações morfológicas, advindo daí seu caráter atual de arbitrariedade. Essas palavras não são mais que uma unidade de sons privados de sentido, sem relação alguma com o conteúdo, a não ser convencional, já que houve pouco a pouco uma ruptura entre o conteúdo e a forma (*Ibidem*, p. 128).

Nesse sentido, parece-nos plausível que se enxergue no princípio evocado da arbitrariedade do signo, formulado por Saussure, algo daquilo que Platão já apontava no *Crátilo* a respeito da inexatidão do nome para designar o objeto referido. Com efeito, são palavras de Sócrates a Hermógenes no referido diálogo:

Segundo o mesmo princípio, o filho do rei deve ter o nome de *rei*, sem darmos importância ao caso de o mesmo sentido ser expresso por estas ou aquelas sílabas, nem tão-pouco à adição ou subtração de uma letra, contanto que permaneça a essência da coisa indicada pelo nome. [...] *Astyánax* e *Hektor* não têm as letras iguais [...] e, não obstante, o significado destas palavras é idêntico. [...] a que se podiam ajuntar muitas outras palavras, cujo significado não é outro senão *rei* (PLATÃO, *Crátilo*, p. 34, 35).

Paralelamente, nos seguintes termos, a semelhante reflexão do linguista suíço:

Assim, a ideia de “irmã” não está ligada por relação alguma à sequência de sons *i-r-m-ã* que lhe serve de significante; poderia ser, também, representada por qualquer outra, não importa qual; prova disso são as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado de *boeuf* (“boi”) tem por significante

---

*b-ö-f* de um lado da fronteira, e *o-k-s* (*Ochs*) do outro<sup>28</sup> (SAUSSURE, 1995, p. 100).

Até mesmo a possibilidade de que a diferença entre línguas seja a confirmação do princípio da arbitrariedade do signo já havia sido, de certa forma, abordada por Platão quando da referência que fez à figura do criador de nomes<sup>29</sup>, o qual, como legislador, fosse ele grego ou estrangeiro, independentemente então do idioma com que legislasse ou produzisse nomes, só estaria em condições de cumprir tal papel com eficácia se, por quaisquer sílabas, desse a forma verdadeira e adequada do nome. (PLATÃO, *Crátilo*, p.24).

### 3. O nome próprio

Segundo Vendryes (1950), quando se requisita a pessoas diferentes que indiquem, numa frase dada, qual ou quais termos lhes causam mais viva impressão, a frequência normalmente indicada é a seguinte: as *palavras* propriamente ditas mais que os *morfemas*; os *nomes* mais que os *verbos*; os *nomes concretos* mais que os *abstratos*. Dentre todos os termos, os mais impactantes são os que provocam uma imagem visual imediata, notadamente os *nomes próprios* de pessoas ou de lugares, desde que se os conheça.

Digam a qualquer pessoa: “Eu vou a Melun”, ou “Eu não pude ir a Melun”, ou “Pode ser que eu vá a Melun”; a imagem que nos três casos se apresenta primeiro e naturalmente ao espírito é aquela da pequena cidade em seu ninho de verdura, com seus telhados cinzentos superpostos sobre os flancos da colina; [...] a visão é imediata e espontânea. Só depois é que se apresenta ao espírito a ideia da viagem, e a reflexão de que a viagem se faz ou não se faz<sup>30</sup> (VENDRYES, p.158,159).

Na realidade, o sistema onomástico, constituído pelos topônimos (nomes de lugares) e antropônimos (nomes de pessoas), irá recorrer, de modo geral, aos mesmos elementos disponíveis no léxico virtual de uma língua. Isso quer dizer que as bases lexicais que se manifestarão por esse sistema serão normalmente as mesmas empregadas pelo usuário ao se comunicar.

Na denominação, “passa-se [...] do eixo da imanência – através das etapas gerativas de um nome – à transcendência, que pode ser entendida, neste caso, como conhecimento ou uso coletivo da própria expressão criada” (DICK, 2001, p. 79). Nesta etapa, dar-se-á amiúde uma representação em que não ocorrerá equivalência entre a expressão designativa do objeto (lugar ou pessoa) e o que ele, de fato, significa. Uma vez mais referimo-nos ao caráter convencional e simbólico do nome, pelo qual a expressão que define lugares ou identifica pessoas não necessariamente roçará na natureza intrínseca da coisa. Sendo assim, o termo ou termos que constituirão o nome serão inúmeras vezes conformados de forma arbitrária e (a)condicionados pelo e para o uso coletivo. De forma que a expressão nomeadora passará a “codificar”, como símbolo, a existência de um lugar ou a personalidade social de um indivíduo.

O que propriamente distingue o nome próprio das demais espécies substantivas é o fato de ser mais motivado cultural e ideologicamente. Haveria como que uma transfiguração de elementos do conjunto lexical básico<sup>31</sup>, que passam a se comportar como um todo denominativo a refletir contextos sociolinguísticos diversificados no tempo e no espaço geográfico. Assim, o nome próprio, em seu caráter simbólico na representação da coisa – especificamente coisa-lugar e coisa-pessoa –, estando numa das pontas do processo designativo, incorpora as impressões de mundo que motivaram e motivam o sujeito “denominador/ enunciador”.

#### 4. Topônimos

Os topônimos resultam de uma operação coletiva de apreensão visual e cognitiva do objeto geográfico, revelando-se, na expressão criada, o que há de consenso quanto a detalhes ou constituintes desse objeto. Em outras palavras, representam recortes seletivos da realidade extraverbal, que passa a ser incorporada ao plano do conhecimento. Na condição, como já salientamos, de realizações ou desdobramentos do próprio sistema lexical, conjugarão em si certas operações enunciativas prévias, que estão na base de qualquer sequência expressiva, a saber:

Apreensão do objeto no espaço, conhecimento e percepção de seus detalhes ou constituintes, representatividade linguística do traço percebido (cognição intelectual = uso do código, e significação do elemento codificado), manifestação denominativa (aplicação de um significante ao referente específico) (DICK, 2001, p. 81).

Tomando-se como exemplo os nomes dos municípios brasileiros, uma análise das bases motivadoras de sua nomeação pode descortinar certos processos cognitivos coletivos que os fixaram. De modo geral, fica patente a tendência à descrição aspectual dos objetos geográficos, a partir de referenciais externos – relativos, mormente, à paisagem, ao espaço, à história e à economia –, que regularam a seleção lexical, com primazia de substantivos (*designativos*) e adjetivos (*qualificativos*). Em outras palavras, a fixação das formas da maioria desses topônimos resultou de processos cognitivos que buscaram significar o ambiente e as diversas realidades culturais de cada coletividade.

Locativos nacionais de origem indígena, por exemplo, quando decompostos nos radicais que formam sua base morfológica (ver abaixo (1)), revelarão a prevalência de significantes alusivos a elementos da biogeografia (flora e fauna), como *jacaré*, *cajueiro*, e da geografia física, como *pedra*, *rio*, *mar*. Tais locativos, originalmente enunciados expandidos, que se individualizaram, com o tempo, nos vocábulos geográficos atuais, comportam (embora com alguma desfiguração de seus constituintes, provocada pela evolução fonética e gradual embotamento da percepção das significações originais), *designativos* (terra, pedra, rio) + *qualificativos* (preto, achatado, liso, brilhante) ou *designativos* (rio, cajueiro, enseada, salto) + *designativos-qualificativos* (espírito, papagaio, camurá, jacaré, onça, peixe).

- 1) **Anhangabaú** (*anang*, “espírito”, + *awa*, “lugar”, + *ý*, “rio” → “rio onde estão os espíritos”), **Aracaju** (*ar*, “papagaio”, + *akaiú*, “caju” → “cajueiro dos papagaios”), **Camboriú** (*kamuri*, “camurá” (espécie de peixe), + *ý*, “rio” → “rio dos camurás”), **Ibiúna** (*ybyú*, “terra”, + *úna*, “preto” → “terra preta”), **Itaberaba** (*ita*, “pedra”, + *weráwa*, “brilhante” → “pedra brilhante”), **Itapecerica** (*ita*, “pedra”, + *pe(ua)*, “achatado”, + *syrýka*, “liso” → “pedra achatada e lisa”), **Jacaré** (*iakare*, “jacaré”, + *ý*, “rio” → “rio do jacaré”), **Jaguariúna** (*iawar*, “onça”, + *ý*, “rio”, + *úna*, “preto” → “rio preto da onça”), **Paranaguá** (*parana*, “mar”, + *kuá*, “enseada” → “enseada do mar”), **Pirapora** (*pirá*, “peixe”, + *póra*, “salto” → “salto de peixe”), **Uberaba** (*ý*, “rio”, + *weráwa*, “brilhante” → “rio brilhante”). (Adaptado de VIARO, 2004, p. 282-292)

Concernentemente aos demais municípios brasileiros<sup>32</sup>, confirma-se o referido caráter descritivo por detrás das formas (simples ou sintagmáticas) que configuram o cenário toponímico nacional. A unidade (ex: Fundão, Cutias, Matelândia) ou o sintagma (ex: Rio das Ostras, Campina Verde, São Bernardo do Campo) vão comportar traços referenciais que são específicos a determinados recortes psíquica e coletivamente significativos (portanto, socialmente aceitos), derivados das relações do homem (ou da comunidade) com seu meio.

Em termos quantitativos, para nomear o objeto toponímico, as formas isoladas prevalecem sobre as sintagmáticas. Estas apresentam um elemento genérico (quase sempre um substantivo, que remete a determinado campo semântico), modificado, geralmente, por adjetivo ou sintagma preposicionado, enquanto aquelas se constituem basicamente de substantivos.

Da **geografia física**, por exemplo, são genéricos (sublinhados estão os especificadores/determinantes):

- **água(s)**, em Água Branca (AL), Água Doce do Norte (ES), Águas Formosas (MG); **rio**, em Alto Rio Novo (ES), Rio Branco (AC), Rio das Ostras (RJ), Rio Largo (AL); **ribeirão**, em Ribeirão das Neves (MG), Ribeirão do Largo (BA), Ribeirão dos Índios (SP); **lagoa**, em Lagoa dos Gatos (PE), Lagoa dos Três Cantos (RS), Lagoa Grande do Maranhão (MA); **barra**, em Barra do Turvo (SP), Barra do Choça (BA), Barra dos Coqueiros (SE); **monte(s)**, em Monte Aprazível (SP), Monte Negro (RO), Montes Altos (MA); **serra**, em Serra Alta (SC), Serra Caiada (RN), Serra dos Aimorés (MG), etc.

Da **biogeografia** (flora, fauna):

- **aroeira**, em Aroeiras do Itaim (PI); **buriti**, em Buriti dos Montes (PI); **cabaceira**, em Cabaceira Grande (MG); **capinzal**, em Capinzal do Norte (MA); **gramado**, em Gramado dos Loureiros (RS); **anta**, em Anta Gorda (RS); **ariranha**, em Ariranha do Ivaí (PR); **jacaré**, em Jacaré dos Homens (AL); **lambari**, em Lambari d'Oeste (MT), etc.

Das geografias política e econômica:

- **ouro**, em Ouro Branco (MG), Ouro Preto (MG); **pedra** (=ouro) em Pedra Dourada (MG); **porto** em Porto das Pedras (AL), etc.

No caso de topônimos cujo fundo motivacional é histórico-político (historiotopônimos), não há que distinguir elementos genéricos de elementos modificadores, uma vez que esses designativos não correspondem a nenhuma descrição aspectual dos respectivos referentes, mas representam, de modo geral, tão somente uma homenagem a esta ou aquela personalidade, ou referenciam fatos históricos (ou políticos) de relevância local, regional ou nacional (Ex.: Barão de Grajaú (MA), Duque de Caxias (RJ), Dom Pedro (MA), Floriano Peixoto (RS), João Pessoa (PB), Três Fronteiras (SP), etc.).

Outros topônimos vão comportar, dentro dos processos que os fixaram, motivação puramente religiosa. Com efeito, tais designativos vão aludir a figuras e fatos concernentes à fé e à devoção. Em muitos deles, haverá ainda a inserção de elementos adjetivais ou sintagmáticos que modificarão, especificando ou caracterizando, o elemento básico (Ex.: Abadia de Goiás (GO), Bom Jesus do Norte (ES), Santa Maria do Suaçuí (MG), Santana do Livramento (RS), São Domingos (SC), São Francisco do Guaporé (RO), São José do Rio Preto (SP), etc.).

Quanto às formas isoladas, que sempre serão constituídas, como já dissemos, de substantivos, podemos citar os seguintes exemplos:

2) \***GEOGRAFIA FÍSICA**: Fundão (ES), Miradouro (MG), Pontalinda (SP), etc.

\***BIOGEOGRAFIA**: Alecrim (RS), Bagre (PA), Batatais (SP), Buritizeiro (MG), Castanhal (PA), Cutias (AP), Formigueiro (RS), Jaqueira (PE), Quatis (RJ), Tartarugalzinho (AP), etc.

\***GEOGRAFIA ECONÔMICA**: Açailândia (MA), Alumínio (SP), Babaçulândia (TO), Diamantina (MG), Matelândia (PR), Niquelândia (GO), Ourinhos (SP), etc.

\***HISTÓRIA**: Epitaciolândia (AC), Inconfidentes (MG), Independência (CE), Petrópolis (RJ), Teresópolis (RJ), Tiradentes (MG), etc.

\***RELIGIÃO**: Assunção (PB), Nazaré (TO), Ritápolis (MG), Rosário (MA), Salvador (BA), etc.

## 5. Antropônimos

No que se refere aos *antropônimos* (nomes pessoais), seu estudo envolve não só desvendar-lhes diacronicamente a origem (ou étimo), através da reconstituição ascendente das formas mais antigas até a primeira, como também analisar os aspectos sociais e psicossociais que os motivaram, porquanto, ao longo das épocas, tanto a criação quanto a atribuição desses designativos refletiram contextos motivacionais de inserção e de interação do homem com seu meio, a natureza e as instituições.

De modo geral, fazer a etimologia dos nomes pessoais – se comparados aos de lugar – constitui tarefa de maior complexidade, uma vez que são mais “obscurecidos em seu conteúdo léxico-semântico pela opacidade do próprio signo que os conforma, distanciados, na maioria das ocorrências, do foco original” (DICK, 2001, p. 83). Quase sempre será possível identificar a referência

(a coisa) de um topônimo, ainda que tenha este passado, ao longo do tempo, por transformações fonéticas que o descaracterizaram em relação à forma original. O topônimo se referirá então a um objeto identificável (topos), evocando-lhe uma ou mais características motivadoras da nomeação. Em contrapartida, o antropônimo não poderia em princípio significar o indivíduo nomeado, não poderia conotá-lo, não informaria nada de suas características ou atributos; não seria nem mesmo uma marca distintiva, uma vez que muitos indivíduos podem vir a ter o mesmo nome, o que não é comum em relação aos nomes geográficos. Se recuarmos no tempo, entretanto, vislumbraremos um cenário um tanto quanto diferente.

No passado, muito mais que agora, os nomes de batismo eram escolhidos ou criados de forma a se conformar um todo léxico-semântico que evocasse (ou projetasse para o futuro) algo da essência moral, ética ou religiosa que se desejava aos filhos recém-nascidos. Nesses casos, a relação semântica estabelecida não era entre um significante e o indivíduo que receberia o nome, mas entre um significante (nome) e um conceito. Daí nomes como **Abílio** (do lat. *Abilius*, “sem bile, que não é vingativo”), **Eusébio** (do gr. *Eusébios*, der. de *eusebés*, “pio, religioso”), **Evandro** (do gr. *eúandrós*, “bom (*eu*) homem (*andrós*)”), **Inês** (do gr. *Hagnes*, “pura”), **Leticia** (do lat. *laetitia*, “alegria”), **Sebastião** (do lat. *Sebastianus*, este do gr. *sebastós*, “venerável, digno de respeito”).<sup>33</sup>

Amiúde os antropônimos também se constituíam em “chancelas” representativas de características físicas evidentes na criança (exemplos em (3)) ou de circunstâncias singulares que envolveram seu nascimento (exemplos em (4)).

- 1) **Aristides** (do gr. *aristeídes*, “que tem excelente aspecto”), **Cecília** (do lat. *Caecilia*, “ceguinha”, diminutivo de *caeca*, “cega”), **Cláudio** (do lat. *Claudius*, der. de *claudus*, “coxo”), **Esaú** (do hebr. *E’sau*, *E’sar*, “peludo, cabeludo”), **Fúlvio** (do lat. *Fulvius*, der. de *fulvus*, “fulvo, alourado, ruivo”).
- 2) \*DIFICULDADE DO PARTO: **César** (do lat. *Caesar*, possivelmente relacionado ao verbo *caedere* (“cortar”), referindo-se à incisão abdominal para a retirada do feto; daí *cesariana*), **Jacó** (do hebr. *la’aqob*, “ele segura o calcanhar”), etc.  
 \*TEMPO DO NASCIMENTO: **Domingos** (do lat. cristão *Dominicus*, “nascido num domingo (o dia do Senhor)”), **Natalino/Natália** (“nascido(a) no dia do Senhor Jesus”), **Pascoal/Pascoalino** (do lat. cristão *Pasqualis*, “nascido na Páscoa”), etc.  
 \*LUGAR DO NASCIMENTO: **Caetano** (do lat. *Caietanus*, “natural de Caieta” ou Gaeta, cidade da Itália), **Herculano** (do lat. *Herculanus*, “natural de Herculano”, antiga cidade da Itália, deriv. de Hércules), **Madalena** (“a natural de Magdala”, cidade da Galiléia, der. do hebr. *maghdal*, “torre”).

Em diversos casos, eram as convicções religiosas dos pais o que motivava a nomeação, seja como forma de agradecimento ou louvor a uma divindade de devoção, seja para, indiretamente, solicitar-lhe proteção perene para o filho. São

nomes que exemplificam esse influxo de outrora: **Apolodoro** (do grego *Appolódoros*, “presente (*doros*) do deus Apolo”), **Demétrio** (do lat. *Demetrius*, “pertencente à deusa Deméter”), **Deodato** (do lat. *Deodatus*, “dado (*datum*) por Deus (*a Deo*)”), **Elias** (do hebraico, “meu Deus (*Eli*) é Javé (*Iah*)”), **Haníbal** (de origem fenícia, “graça, dádiva (*hanni*) de Baal”), **Matias** (redução de *Matatias*, do hebraico *Mathathiah*, “presente (*mathath*) de Javé (*ah*)”), **Teodoro** (do gr. *Theódoros*, “presente (*doros*) de Deus (*theo*)”).

Se, por um lado, os nomes de batismo eram, no passado, escolhidos ou criados de forma motivada, buscando-se um conteúdo léxico-semântico que evocasse algo da essência dos indivíduos nomeados, e que, com o passar do tempo, ocorreu um embotamento progressivo desse caráter motivacional – bem como da percepção ou da intuição etimológica dos nomeadores –, por outro, nos dias atuais, atribui-se aos recém-nascidos nomes escolhidos ou criados mais em função do impacto eufônico que poderão provocar do que propriamente por razões de significado (exemplos em (5)). Estariam igualmente enquadrados nesse caso os antropônimos que se tornam produtos de repetição habitual, quando inseridos, por motivos diversos (nomes de personalidades históricas ou artísticas, por exemplo), em contextos de universalização ou massificação midiática. Seriam esses, nos termos de LYONS (1977, p. 222), nomes “sincronicamente motivados”.

- 1) Abelice/Abelma<sup>34</sup>, Ablony<sup>35</sup>, Arailde, Atiê, Bethoven (sic), Biandina, Cedemira, Celecina, Claudira, Cruzelino<sup>36</sup>, Dalmi<sup>37</sup>, Eduizia, Edvani, Elizate/Elizarda/Elizena<sup>38</sup>, Esenclever, Felisbina, Felizvaldo, Gerváine, Gesparque, Gestal, Harly<sup>39</sup>, Hellosa, Hildlula, Hitler, Ivaltar, Ivanda, Jesus, Joecildo, Jorivê, Kathlesca, Kelbia, Kelrielem, Leomar, Lessandra/Lexandra, Libergina<sup>40</sup>, Marisângela<sup>41</sup>, Maristane, Napoleão, Nilvana, Oscarlina, Reginamara, Regiuston, Sacy, Seralcina, Telê, Thiarlo, Valessandra, Vasco, Veneza, Venulela, Washington, Wellington, Zeezilda, Zildinel, Zizi. (Fonte: Lista Telefônica de Assinantes de Belo Horizonte, 2010)

Com efeito, o que está em curso atualmente é uma clara tendência ao esvaziamento semântico dos designativos, que se tornam mais opacos e menos perscrutáveis etimologicamente, uma vez que se constituem em sequências sonoras com um maior caráter de arbitrariedade. Isso quer dizer que, de modo geral, não se verifica mais, como no passado, uma relação evidente ou necessária entre o significado do nome e o ser designado. A maioria desses antropônimos exerce, assim, a mera função de “etiquetas” identificadoras de pessoas. É uma tendência que não se circunscreve apenas aos designativos pessoais ou geográficos, mas, como fenômeno ao mesmo tempo diacrônico e sincrônico, se estende à maioria das palavras, refletindo a evolução irrefreável das línguas e da linguagem.

Na prática, as palavras não são empregadas pelo seu valor histórico. O espírito esquece – a supor que em algum momento tenha possuído essa consciência – por quais evoluções semânticas elas tenham passado. As palavras sempre têm um valor *atual*, ou seja, limitado ao momento em que são empregadas [...] <sup>42</sup> (VENDRYES, 1950, p. 206).

Mesmo a se considerar tarefa mais simples a decodificação das expressões nomeadoras de lugares em comparação às nomeadoras de pessoas, como acima se afirmou, tal operação também exigirá, em boa parte dos casos, mapeamentos de linguística histórica com vistas à localização de estágios denominativos originais, que podem remontar, não poucas vezes, a milênios. Os antropônimos, pelas peculiaridades já apontadas, apresentam maiores dificuldades de análise ao estudioso, que deverá dar conta de desvendar os possíveis complexos linguístico-histórico-denominativos neles contidos. Contudo, estudos dessa natureza têm se limitado, quase que exclusivamente, a investigar aspectos da evolução fonético-fonológica dos nomes. Ressente-se da frágil relevância que se dá, ao menos diante desses aspectos, “às alterações de origem analógica e às mudanças de sentido – fenômenos psicológicos mais ou menos inconscientes, mas não mecânicos nem necessários [...]” <sup>43</sup> (DAUZAT, 1947, p. XIV).

Deve-se partir do pressuposto de que os nomes próprios, em sua maioria, possuem um *significado*, que se pode dizer *etimológico* e que se pretende detectar. É labor que não se limita a descobrir nomes prototípicos do léxico, mas, principalmente, intenta proceder à reconstituição histórica e social da palavra ou expressão denominativa, entendendo-se que, do momento de sua inserção nesta ou naquela língua, já se encontra num turbilhão de transformações de forma e de sentido.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho cotejou diacronicamente algumas das reflexões produzidas por importantes vertentes de pensamento e pesquisa – tanto na esfera linguística quanto na histórico-filosófica –, no que diz respeito ao *nome* e ao seu aspecto *nome próprio*. Revelou-se que estão em grande parte filiadas a uma tradição, a qual intentaram reelaborar ou preencher.

A tradição de estudos sobre *linguagem e realidade*, cerne das modernas análises que envolvem *sentido* e *referência*, teve por expoentes basilares os gregos Platão e Aristóteles, que introduziram em seus escritos o princípio do *nome* como representação imperfeita e convencional da coisa. Tal representação desdobra-se, por exemplo, no *princípio da arbitrariedade do signo* evocado por Saussure em tempos modernos.

Discute-se, noutra linha de raciocínio, se os nomes próprios comportariam ou não sentido. G. Frege entende que sim, pois ao designar um objeto específico num conjunto, o nome próprio estabelecer-lhe-ia a referência, ou seja, sua relação com o mundo. Consequentemente, qualquer palavra ou expressão designativa própria ou particular, além de conter, de certa maneira, a essência do ser nominado, também a informa. Esta tese não é compartilhada por estudiosos

---

como J. S. Mill e J. Lyons, segundo os quais, assegurar referência não seria condição suficiente e/ou necessária para “dizer” a natureza do objeto.

Noutra etapa, menos especulativa, demonstrou-se, com séries de exemplos, que, em muitos casos (principalmente em relação aos topônimos), o nomeador recorre a elementos do próprio léxico para criar o designativo capaz de manifestar significado resultante da relação do homem com o seu meio e da apreensão que deste ele tem. Com efeito, utilizam-se, mormente, substantivos, adjetivos e locuções – mais permeáveis à expressão das imagens acústicas.

Relativamente aos *antropônimos*, no entanto, as evidências demonstram ter havido um gradual esvaziamento dos conteúdos semânticos – que, no passado, eram cultural e socialmente relevantes para a escolha ou composição do nome –, ao lado de um claro embotamento, igualmente progressivo, da percepção (ou preocupação) etimológica das palavras. Fato é que o antigo processo de nomeação, cujo objetivo era codificar em um construto fônico e socialmente significativo certas características (físicas ou psicológicas) evidentes ou desejadas aos futuros homens e mulheres, acabou sendo substituído pelo atual, que privilegia aspectos da sonoridade mais do que do significado.

Aponta-se a importância dos estudos de linguística histórica, não só para explicitar diacronicamente os percursos de uma língua, como também potencializar reflexões sobre aspectos identitários de seus falantes.

## *Noun and proper noun: philosophical foundation and linguistic implications*

### ABSTRACT

This text intends to establish in a comparative manner a rapprochement between some regarding the *noun*. Starting with the Greek philosophers Plato (*Epistle VII, Cratylus*) and Aristotle (*Organon, Poetics*), these concepts constitute one aspect of a tradition of assumptions on meaning and reference which refines and develops vigorously during the 20th century after the publication of *Cours de Linguistique Générale* by F. de Saussure. The text is complemented by contrasting approaches on the *proper noun* and its ambiguous or paradoxical characteristic of : reference but not carrying meaning (or only etymological meaning), detected by a historical linguistics.

**KEYWORDS:** Noun. Proper noun. Meaning. Reference. Etymology.

## NOTAS

- 1- Equivalentes a processos psíquicos.
- 2- [...] *est articulata voce signum dare.*
- 3- Entenda-se som significante como aquele que é provido de significação.
- 4- *Appetunt tamen omnes quandam similitudinem in significando, ut ipsa signa in quantum possunt rebus quae significantur similia sint. Sed quia multis modis simile aliquid alicui potest esse, non constant talia signa inter homines nisi consensus accedat.*
- 5- O boi era um dos principais animais que se costumava oferecer em sacrifício nos templos.
- 6- *Cum enim est in scripto, non verbum sed verbi signum est; quippe inspectis a legente litteris occurrit animo quid voce prorumpat.*
- 7- [...] *earum quas cogitamus signa sunt rerum.*
- 8- [...] *omnium nominum etymologiae non reperiuntur, quia quaedam non secundum qualitatem, qua genita sunt, sed iuxta arbitrium humanae voluntatis vocabula acceperunt.*
- 9- Acreditava-se que a origem do nome estaria em *humus*, “terra” (Cf. Isidoro de Sevilha, X, 1).
- 10- Cf. Isidoro de Sevilha (XVI, 3:1).
- 11- [...] *nomen non significat rem, nisi mediante conceptione intellectus.*
- 12- [...] *nomen quod sic multipliciter dicitur, significat diversas proportionales ad aliquid unum.*
- 13- Obra originalmente publicada em 1660.
- 14- Aqui, a reflexão platônica de que os objetos precederiam aos nomes. Estes seriam imitação da ideia das coisas.
- 15- Corresponde à noção aristotélica de *substância*. (Cf. ARISTÓTELES, *Categorias*, V)
- 16- Retoma-se, por esta visão, o argumento aristotélico de que não seria possível negar que uma única definição ou um mesmo nome possa ser relacionado a várias coisas.
- 17- Obra originalmente publicada em 1765.
- 18- [...] *une institution arbitraire en vertu de laquelle un tel mot a été volontairement le signe d’une telle idée.*
- 19- Etimologia duvidosa. O mais provável é que provenha de *caesaries*, “cabeleira” (cf. Guérios, 1973).
- 20- [...] *il y a plusieurs definitions que expriment une même essence.*
- 21- Obra originalmente publicada em 1843.
- 22- *A general name is familiarly defined, a name which is capable of being truly affirmed, in the same sense, of each of an indefinite number of things. An individual or singular name is a name which is only capable of being truly affirmed, in the same sense, of one thing.*
- 23- [...] *is a name applied to all of them in consequence of an attribute which they are supposed to possess in common.*
- 24- [...] *are simply marks used to enable those individuals to be made subjects of discourse.*
- 25- Cf., por exemplo, LYONS (1980, p. 180): “Uma das questões mais debatidas é a de saber se os nomes têm um sentido. A perspectiva filosófica mais aceita hoje em dia é que eles podem ter referência, mas não sentido, e não podem ser usados predicativamente enquanto nomes próprios. Será esta a perspectiva que adotaremos.”

- 26- Corresponderia ao *eídon* (“imagem”) platônico?
- 27- *Le caractere psychique de nous images acoustiques apparait bien quand nous observons notre propre langage. Sans remuer les lèvres ni la langue, nous pouvons nous parler à nous-mêmes ou nous réciter mentalement une pièce de vers. C’est parce que les mots de la langue sont pour nous des images acoustiques qu’il faut éviter de parler des “phonèmes” dont ils sont composés. Ce term. impliquant une idée d’action vocale, ne peut convenir q’au mot parlé [...].*
- 28- *Ainsi l’idée de “soeur” n’est liée par aucun rapport intérieur avec la suite de sons s-ö-r qui lui sert de signifiant; il pourrait être aussi bien représenté par n’importe quelle autre : à preuve les différences entre les langues et l’existence même de langues différentes : le signifié “boeuf” a pour signifiant b-ö-f d’un côté de la frontière, et o-k-s (Ochs) de l’autre.*
- 29- *Onomatourgós*
- 30- *Dites à quelqu’un: “Je vais à Melun”, ou “Je n’ai pu aller à Melun”, ou “J’irai peut-être à Melun”; l’image qui dans le trois cas se présente la première et naturellement à l’esprit, c’est celle de la petite ville dans son nid de verdure, étageant ses toits gris sur les flancs de la coline; [...] la vision est immédiate et spontanée. c’est après seulement que se présent à l’esprit la idée du voyage, et la réflexion que le voyage se fait ou ne se fait pas.*
- 31- Predominam os substantivos comuns, modificados, inúmeras vezes, por adjetivos; é reduzido o uso de verbos e são frequentes as locuções.
- 32- Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em abril de 2015.
- 33- Estes exemplos bem como os que se lhes seguem foram recolhidos e adaptados de Vasconcelos (1928), Guérios (1973) e Viaro (2004).
- 34- A base seria *Abel*?
- 35- Do topônimo francês *Ablon*?
- 36- A base seria *Cruz*?
- 37- D’*Almir(o)*?
- 38- A base seria *Eliza*?
- 39- *Harley*?
- 40- A base seria o lat. *líber*, “livre”?
- 41- *Angela maris*, “mensageira do mar”, ou *Marisa + Ângela*?
- 42- *Les mots ne sont pas employés dans l’usage d’après leur valeur historique. L’esprit oublie – à supposer qu’il l’ai jamais su – par quelles évolutions sémantiques ils ont passée. Les mots ont toujours une valeur actuelle, c’est-à-dire limitée au moment où on les emploie.*
- 43- *les altérations d’origine analogique et les changements de sens – phénomènes psychologiques plus ou moins inconscients, mais non mécaniques, ni nécessaires [...].*

---

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO (Santo). **Opera omnia**. Disponível em: <[www.augustinus.it/latino/index.htm](http://www.augustinus.it/latino/index.htm)>. Acesso em maio de 2015.

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica I (questões 1-43)**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

ARISTÓTELES. **Organon VI: Elencos Sofísticos**. São Paulo: Ed. Nova Cultural/Guimarães Editores (Coleção Os Pensadores), 1996.

\_\_\_\_\_. **Poética**. São Paulo: Ed. Nova Cultural/Guimarães Editores (Coleção Os Pensadores), 1996.

ARNAULD; LANCELOT. **Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal**. 2. ed. Paris: Rossange et Masson, 1810. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=6tMFAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=fr&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=6tMFAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=fr&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em junho de 2015.

DAUZAT, Aubert. **Dictionnaire Etymologique**. Paris: Larousse, 1947.

DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel**. Trad. Junia Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e freqüência. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.

GEACH, Peter Thomas. **Reference and Generality: An Examination of Some Medieval and Modern Theories**. London: Cornell University Press/Oxford University Press, 1962.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Ave Maria, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: CIDADES. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em 20.04.2015.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Nouveaux Essais Sur L'Entendement Humain**. Paris: Flammarion, [19--]. Obra originalmente publicada em 1765.

LYONS, John. **Semantics**. Vol. I. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MARI, Hugo. Aspectos da Teoria da Referência. **Revista de Psicologia Plural**, Belo Horizonte, ano XII, n.18, p. 93-117, 2003.

MILL, John Stuart. **A System of Logic, Ratiocinative and Inductive**. 8. ed. New York: Harper & Brothers, 1882. Disponível em: <[http://www.gutenberg.org/files/27942/27942pdf.pdf?session\\_id=95d499b76b9d2b960afcde05a43b63649794fa03](http://www.gutenberg.org/files/27942/27942pdf.pdf?session_id=95d499b76b9d2b960afcde05a43b63649794fa03)>. Acesso jun. 2015.

PLATÃO. **Carta VII**. Trad. José Trindade Santos e Juvino Maia Jr. Coleção Bibliotheca Antiqua, 3. Rio de Janeiro: Puc Rio/Edições Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. **Crátilo**. Trad. P. Dias Palmeira. Lisboa: Livraria Sá da Costa, [19--].

SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de Linguistique Générale**. Publié par Charles Bailly et Albert Séchehayé. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Éditions Payot, 1995.

SEVILHA, San Isidoro de. **Etimologías**. Texto latino, version española y notas por Jose Oroz Reta e Manuel Marcos Casquero. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2009.

TODOROV, Tzvetan. **Teorías del Símbolo**. Trad. de Francisco Rivera. Caracas: Monte Ávila Editores, 1981.

VASCONCELOS, José Leite de. **Antroponímia Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

VENDRYES, Joseph. **Le Langage: Introduction Linguistique a l'Histoire**. Paris: Éditions Albin Michel, 1950.

VIARO, Mário Eduardo. **Manual de Etimologia do Português**. São Paulo: Globo, 2004.

WARTBURG, Walther von.; ULLMANN, Stephen. **Problemas e Métodos da Linguística**. Trad. Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo: DIFEL, 1975.

Recebido: 08 abr. 2017

Aprovado: 10 fev. 2018

DOI: 10.3895/rl.v20n28.6888

Como citar: CORGOSINHO, Renato Cardoso. Nome e nome próprio: cerne filosófico e implicações linguísticas. *R. Letras*, Curitiba, v. 20, n. 28, p.68-94, mar. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utfrpr.edu.br/rl>>. Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

